



Simulado Final

CVM

Cargo: Analista - Gestão
- Perfil 5 – Pós-Edital

Simulado

Simulado Final CVM (Analista - Gestão - Perfil 5)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista - Gestão - Perfil 5da CVM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mvkA7bp8N5tcR5ML9>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 23 - ABCDE | 45 - ABCDE | 67 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 24 - ABCDE | 46 - ABCDE | 68 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 25 - ABCDE | 47 - ABCDE | 69 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 26 - ABCDE | 48 - ABCDE | 70 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 27 - ABCDE | 49 - ABCDE | 71 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 28 - ABCDE | 50 - ABCDE | 72 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 29 - ABCDE | 51 - ABCDE | 73 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 30 - ABCDE | 52 - ABCDE | 74 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 31 - ABCDE | 53 - ABCDE | 75 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 32 - ABCDE | 54 - ABCDE | 76 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 33 - ABCDE | 55 - ABCDE | 77 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 34 - ABCDE | 56 - ABCDE | 78 - ABCDE | 100 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 35 - ABCDE | 57 - ABCDE | 79 - ABCDE | 101 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 36 - ABCDE | 58 - ABCDE | 80 - ABCDE | 102 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 37 - ABCDE | 59 - ABCDE | 81 - ABCDE | 103 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 38 - ABCDE | 60 - ABCDE | 82 - ABCDE | 104 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 39 - ABCDE | 61 - ABCDE | 83 - ABCDE | 105 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 40 - ABCDE | 62 - ABCDE | 84 - ABCDE | 106 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 41 - ABCDE | 63 - ABCDE | 85 - ABCDE | 107 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 42 - ABCDE | 64 - ABCDE | 86 - ABCDE | 108 - ABCDE |
| 21 - ABCDE | 43 - ABCDE | 65 - ABCDE | 87 - ABCDE | 109 - ABCDE |
| 22 - ABCDE | 44 - ABCDE | 66 - ABCDE | 88 - ABCDE | 110 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/dz7oru>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Analise o texto abaixo.

Informação privilegiada é um termo utilizado no mercado de investimentos para descrever informações relevantes e não públicas sobre uma empresa ou ativo financeiro, que são conhecidas por determinados indivíduos ou grupos antes de serem divulgadas ao público em geral. Essa informação restrita pode ser usada para obter vantagens indevidas e lucros excessivos, prejudicando a igualdade de oportunidades entre os investidores.

No âmbito dos mercados financeiros, é fundamental que todos os participantes tenham acesso equitativo às informações que possam influenciar o preço dos ativos. A transparência e a igualdade de acesso às informações são princípios essenciais para um mercado justo e eficiente. Portanto, a regra básica vigente é que todas as informações relevantes sejam divulgadas de forma ampla e simultânea a todos os investidores, evitando assim que alguns obtenham vantagens injustas sobre os demais.

A prática de utilizar informações privilegiadas é ilegal em muitas jurisdições e pode resultar em punições severas para os infratores. Aqueles que utilizam informações privilegiadas para obter ganhos financeiros indevidos estão sujeitos a processos legais, multas, restrições de negociação e até mesmo penas de prisão. Essas medidas têm o objetivo de proteger a integridade e a confiança nos mercados financeiros, garantindo que todos os investidores tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados de forma justa.

A regulamentação relacionada às informações privilegiadas varia de acordo com o país e as jurisdições, mas em geral, proíbe a negociação de valores mobiliários com base em informações não públicas que possam impactar o preço desses ativos. Essas informações podem incluir dados financeiros, anúncios de fusões e aquisições, resultados trimestrais, eventos corporativos relevantes, entre outros.

É importante destacar que nem todas as informações confidenciais se enquadram na definição de informações privilegiadas. Existem situações em que certos indivíduos, como executivos e funcionários de uma empresa, têm acesso a informações confidenciais no curso normal de suas funções. No entanto, essas informações devem ser mantidas em sigilo e não devem ser utilizadas para obter vantagens pessoais no mercado.

Para evitar o uso indevido de informações privilegiadas e promover a transparência nos mercados, órgãos reguladores e autoridades de supervisão, como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, implementam mecanismos de fiscalização e monitoramento. Esses órgãos têm o papel de investigar possíveis violações das regras de informações privilegiadas, bem como educar e conscientizar os participantes do mercado sobre as consequências legais e éticas do uso indevido de informações não públicas.

No contexto dos investimentos, é importante que os investidores ajam com integridade e sigam as regras e regulamentos aplicáveis. A ética nos negócios e o respeito pelas leis de valores mobiliários são fundamentais para a preservação da confiança e da integridade do mercado financeiro. Além disso, os investidores devem buscar informações de fontes confiáveis e utilizar análises fundamentais e técnicas para embasar suas decisões de investimento, evitando qualquer forma de vantagem.

<https://akeloo.com.br/glossario/informacao-privilegiada/>

01. Uma sobre o texto acima, a única afirmação adequada é:

- a) Executivos de uma empresa não podem operar no mercado porque suas informações são privilegiadas.
- b) Informação privilegiada, segundo o conceito técnico, é qualquer informação conhecida por certos grupos antes de serem divulgadas ao público geral.
- c) Ter acesso a informações privilegiadas, que são estratégicas para determinar o valor de ativos financeiros é crime e pode implicar aplicação de multas.
- d) O uso de informação privilegiada prejudica a isonomia entre os investidores e, portanto, é prática monitorada e combatida por órgãos competentes.
- e) As informações privilegiadas são confiáveis, porque são obtidas por executivos no exercício diário de suas funções.

02. Assinale a alternativa em que o mecanismo coesivo não faz remissão a um referente anteriormente mencionado.

- a) Informação privilegiada é um termo utilizado no mercado de investimentos para descrever informações relevantes e não públicas sobre uma empresa ou ativo financeiro, que são conhecidas por determinados indivíduos ou grupos antes de serem divulgadas ao público em geral.
- b) Essa informação restrita pode ser usada para obter vantagens indevidas e lucros excessivos, prejudicando a igualdade de oportunidades entre os investidores.
- c) Aqueles que utilizam informações privilegiadas para obter ganhos financeiros indevidos estão sujeitos a processos legais, multas, restrições de negociação e até mesmo penas de prisão.
- d) . Esses órgãos têm o papel de investigar possíveis violações das regras de informações privilegiadas, bem como educar e conscientizar os participantes

do mercado sobre as consequências legais e éticas do uso indevido de informações não públicas.

- e) Além disso, os investidores devem buscar informações de fontes confiáveis e utilizar análises fundamentais e técnicas para embasar suas decisões de investimento, evitando qualquer forma de vantagem.

03. *Informação privilegiada é um termo utilizado no mercado de investimentos para descrever informações relevantes e não públicas sobre uma empresa ou ativo financeiro, que são conhecidas por determinados indivíduos ou grupos antes de serem divulgadas ao público em geral. Essa informação restrita pode ser usada para obter vantagens indevidas e lucros excessivos, prejudicando a igualdade de oportunidades entre os investidores.*

Sobre as estruturas empregadas no texto, o único comentário inadequado é:

- a) “são conhecidas” expressa noção de passividade;
- b) “prejudicando” poderia ser reescrito como “e prejudica”;
- c) “termo” é sinônimo de “expressão”
- d) “utilizado” expressa noção de passividade;
- e) “excessivos” se refere a “lucros”.

04. *Informação privilegiada é um termo utilizado no mercado de investimentos para descrever informações relevantes e não públicas sobre uma empresa ou ativo financeiro, que são conhecidas por determinados indivíduos ou grupos antes de serem divulgadas ao público em geral. Essa informação restrita pode ser usada para obter vantagens indevidas e lucros excessivos, prejudicando a igualdade de oportunidades entre os investidores.*

Sobre as preposições empregadas no texto, é inadequado afirmar que:

- a) “para” expressa noção de finalidade;
- b) na forma “no”, “em” expressa noção de lugar;
- c) “entre” expressa noção de espaço
- d) “por” indica passividade;
- e) “sobre” indica posição superior.

05. Assinale a alternativa em que a preposição não é exigida por um termo anterior.

- a) Todos desconfiam do mercado mobiliário.
- b) O medo de perder oportunidades paralisa.
- c) O mercado de ações é extremamente impiedoso.
- d) Invista independentemente das condições políticas.
- e) A gestão de ativos movimenta bilhões.

06. No segmento “*determinados indivíduos*”, a inversão dos termos causaria mudança de sentido e de classe gramatical. Assinale a alternativa em que isso também ocorre.

- a) livro interessante
- b) ruído alto
- c) pobre mulher
- d) bom caçador
- e) várias regiões

07. Está grafado incorretamente o vocábulo:

- a) papel-moeda;
- b) sub-remunerado;
- c) intra-ativos;
- d) super-resilientes;
- e) anti-ético.

08. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) O juiz não recebeu a petição, pois não era competente.
- b) A demissão do vice-presidente surpreendeu a todos.
- c) Encontrei o livro sujo sob a cama do quarto de hóspedes.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são agentes de lutadores muito promissores.

09. Muitos economistas liberais reclamam da alta carga tributária do Brasil, que segundo eles impede o desenvolvimento econômico. Eles parecem esquecer que os países nórdicos possuem cargas tributárias elevadíssimas e são extremamente desenvolvidos.

(Jornal progressista)

O raciocínio acima se fundamenta em uma falácia, pois

- a) desenvolve uma analogia pertinente.
- b) traz um exemplo não relevante.
- c) faz uma confusão entre causa e efeito.
- d) desvia da questão ora discutida.
- e) remove a legitimidade dos liberais.

10. O adjetivo de relação é aquele que apresenta valor semântico objetivo, isto é, não expressa subjetividade ou ponto de vista; é derivado por sufixação de um substantivo; é posposto ao substantivo; e não admite variação em grau.

Assinale a alternativa em que o adjetivo não corresponde à definição acima

- a) países escandinavos;
- b) liberdade comercial;
- c) leis trabalhistas;
- d) países livres;
- e) segurança jurídica.

ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Amanda Aires

11. Qual das seguintes instituições não faz parte do Sistema Financeiro Nacional?

- a) Banco Central do Brasil
- b) Comissão de Valores Mobiliários
- c) Conselho Monetário Nacional
- d) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
- e) Banco do Brasil

12. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável por qual das seguintes funções?

- a) Fiscalizar as instituições financeiras
- b) Emitir a moeda corrente do país
- c) Formular a política da moeda e do crédito
- d) Regular o mercado de capitais
- e) Conceder empréstimos e financiamentos

13. Qual das alternativas abaixo está de acordo com os princípios estabelecidos pela Lei de Liberdade Econômica?

- a) Restrição à abertura de empresas mediante processos complexos de licenciamento
- b) Intervenção estatal ampla e irrestrita em todas as atividades econômicas
- c) Liberdade para desenvolver atividade econômica sem necessidade de atos públicos de liberação, salvo exceções previstas em lei
- d) Obrigatoriedade de aprovação prévia do governo para qualquer atividade econômica
- e) Limitação à inovação tecnológica em prol de procedimentos tradicionais

14. Qual das seguintes entidades é responsável pela regulação do mercado de valores mobiliários no Brasil?

- a) Banco Central do Brasil
- b) B3 (Brasil, Bolsa, Balcão)
- c) Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)
- d) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- e) Conselho Monetário Nacional (CMN)

15. Qual das seguintes funções não é desempenhada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)?

- a) Fiscalização das atividades de intermediação de valores mobiliários
- b) Concessão de autorizações para funcionamento de corretoras de valores
- c) Monitoramento e supervisão de ofertas públicas de valores mobiliários
- d) Definição das políticas monetárias e de crédito
- e) Proteção aos investidores no mercado de valores mobiliários

**ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES
MOBILIÁRIOS***Paulo Portinho*

16. Sobre os Fundos de Investimento, avalie como falso ou verdadeiro os itens abaixo:

- () A política de investimentos deve deixar claro qual o percentual máximo do Patrimônio Líquido pode ser aplicado em: ativos no exterior, crédito privado, aplicação concentrada em um só fundo e limite de alavancagem. Além de informar se pode ter derivativos na carteira.
- () Considera-se “Exclusiva” a classe ou subclasse de cotas constituída para receber aplicações exclusivamente de um único investidor qualificado, de cotistas que possuam vínculo societário familiar ou de cotistas vinculados por interesse único e indissociável.
- () As cotas são escriturais, nominativas e correspondem a frações do patrimônio da classe de cotas, conferindo direitos e obrigações aos cotistas, que não precisam ser previstos no regulamento.

Assinale a alternativa que traz a ordem correta:

- a) V – V – V
- b) V – F – F
- c) F – F – F
- d) V – F – V
- e) F – F – V

17. Analise as seguintes proposições acerca de instrumentos do mercado:

- I. Conceder às ações preferenciais prioridade no reembolso ou no dividendo, fixo ou mínimo, não são vantagens suficientes para as ações preferenciais de Companhias Abertas.
- II. Letras de crédito do agronegócio e certificados de recebíveis são considerados valores mobiliários.
- III. Debêntures com garantia fidejussória podem ser da espécie quirografária (sem prioridade sobre os outros credores da companhia).

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) Todas estão corretas.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

18. Sobre a Estrutura do Mercado de Valores Mobiliários, observe as assertivas a seguir, assinalando V para verdadeira e F para falsa.

- () A CVM mantém com a ANCORD acordo de cooperação para o credenciamento de administradores de carteira de valores mobiliários.
- () Os assessores de investimento pessoas físicas são credenciados pela ANBIMA e só podem atuar para um intermediário por vez.
- () O investidor não residente pode se registrar como titular de conta própria, de conta coletiva ou como participante de conta coletiva.

Assinale a alternativa que traz a ordem correta:

- a) V – V – V
- b) V – V – F
- c) F – F – F
- d) V – F – V
- e) F – F – V

19. Sobre plataformas de investimento coletivo, indique a afirmativa incorreta:

- a) São reguladas pela CVM, através da Resolução 88
- b) Só atraem a regulação da CVM em caso de envolverem ofertas públicas de valores mobiliários.
- c) Para fins da regulação, considera-se sociedade empresária de pequeno porte aquela que obteve receita bruta anual no ano anterior à oferta, de até R\$ 40.000.000,00.
- d) Há limite para investimentos nas ofertas públicas com dispensa de registro nas plataformas de crowdfunding, exceto para o investidor líder e para o investidor qualificado.
- e) O limite máximo de aporte para o público investidor em geral nas ofertas sem registro das plataformas de crowdfunding é de vinte mil reais.

20. Sobre Companhias Abertas, é correto afirmar que:

- a) São divididas em 2 categorias, sendo a categoria A a mais restritiva.
- b) Só podem obter registro inicial na CVM caso protocolarem também pedido de oferta pública de valores mobiliários concomitante.
- c) A Companhia pode requerer que seu pedido de registro seja analisado de forma sigilosa.
- d) Emissores de CEPAC não terão registro de Companhia Emissora emitido em regime de dispensa automática.
- e) A Companhia Aberta não poderá pedir cancelamento de registro sem uma justificativa legal a ser avaliada pela CVM.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. Julycleide, ao estudar o capítulo sobre os princípios da ordem econômica na Constituição brasileira, deparou-se com o seguinte dispositivo: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.” (art. 170, parágrafo único).

Em dúvida acerca da aplicabilidade dessa norma, procurou Sinforosa, professora de direito constitucional, a qual afirmou, corretamente, trata-se de uma norma:

- a) de eficácia limitada institutiva
- b) de eficácia restringível
- c) de eficácia plena
- d) de eficácia limitada programática
- e) de eficácia limitadamente plena

22. O Governador do Estado Beta enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei propondo a suspensão, por 180 dias, do pagamento de parcelas de empréstimos consignados em folha de servidores públicos estaduais. Argumentando com a necessidade de evitar o superendividamento, o Chefe do Executivo alegou, ainda, trata-se de matéria de regime jurídico dos servidores, tema, portanto, de competência legislativa estadual e de iniciativa privativa sua. A Assembleia aprovou o PL por unanimidade.

Contudo, a Lei foi questionada judicialmente, alegando-se sua inconstitucionalidade formal por vício de competência legislativa.

Questionado sobre o tema, Weskkleysson, professor de direito constitucional, respondeu corretamente que, à luz da jurisprudência do STF, tal lei estadual é:

- a) inconstitucional, por violar a competência municipal para dispor sobre política de crédito
- b) constitucional, inserindo-se na competência legislativa residual do Estado
- c) inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e política de crédito
- d) constitucional, por se tratar de matéria de competência concorrente
- e) inconstitucional, por se tratar de competência legislativa exclusiva da União.

23. Peterson e Billy Jean, estudantes de direito, analisavam o poder de convocação de autoridades por comissões parlamentares em geral e por comissões parlamentares de inquérito, em especial, estabelecendo comparações entre os dois modelos.

Depois de pesquisarem, formularam as seguintes afirmações:

I – O Presidente do Comitê Gestor do Imposto de Bens e Serviços pode ser convocado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para prestar informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

II – o Procurador-Geral da República pode ser convocado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados para prestar informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

III – Um CPI do Congresso Nacional pode convocar o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários para depor como testemunha em investigação acerca de possíveis ilícitos no mercado de capitais.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) todos
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) II

24. A respeito da Ordem Econômica, é correto afirmar que:

- a) A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros
- b) As empresas públicas, diferentemente das sociedades de economia mista, não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado
- c) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da conveniência nacional.
- d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e privado.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são proibidos de dispensar às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

25. José, servidor ocupante de cargo público efetivo federal, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas da União. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa. Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema:

- a) por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidor ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas da União.
- b) a partir de outubro de 2026, o TCU ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para José.
- c) em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCU não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) o Tribunal de Contas da União ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à José.
- e) em agosto de 2026, o TCU ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.

26. Maria é servidora federal e foi acusada de cometer ato de improbidade administrativa. A autoridade administrativa competente, ao tomar conhecimento do fato, determinou a instauração de processo administrativo disciplinar, que culminou com a aplicação da sanção de demissão, antes do julgamento da ação de improbidade. Ao consultar a sua advogada, Maria também tomou conhecimento de que a autoridade impôs, simultaneamente com a demissão, a pena de incompatibilidade para regressar ao serviço público federal, durante determinado prazo. Maria não concordou com as penalidades e questionou a sua advogada sobre as características dessas penalidades, sendo corretamente informada que, conforme previsto na Lei nº 8.112/1990 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) a autoridade administrativa não poderia aplicar a pena de demissão, antes do trânsito em julgado da ação de improbidade.
- b) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão, independentemente do trânsito em julgado da ação de improbidade, mas a incompatibilidade para regressar ao serviço público federal não poderia ser aplicada.
- c) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão, independentemente do trânsito em julgado da ação de improbidade, e a pena de incompatibilidade para regressar ao serviço público federal terá caráter perpétuo.
- d) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão, independentemente do trânsito em julgado da ação de improbidade, e a pena de incompatibilidade para regressar ao serviço público federal será aplicada pelo prazo de cinco anos.
- e) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão ou outra, conforme juízo acerca dos antecedentes do servidor, mas não poderia impor a pena de incompatibilidade, uma vez que é sanção inconstitucional.

27. Zelma é servidora pública e responde a representação por supostamente praticar ato de improbidade que importa em lesão ao erário. A representação foi devidamente instruída com os requisitos legais, e em seguida deu origem a inquérito civil no âmbito do Ministério Público, com consequente propositura de ação de improbidade administrativa. Durante a tramitação da ação, Joana questionou o seu advogado sobre a possível prescrição, sendo-lhe corretamente informado que:

- a) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções na Lei de Improbidade podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- b) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade interrompe o curso do prazo prescricional por cento e oitenta dias.
- c) o inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo improrrogável de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
- d) o prazo da prescrição da ação de improbidade é de oito anos, mas é interrompido pelo ajuizamento da ação, recomeçando a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo prescricional original.
- e) a publicação da sentença absolutória é causa de interrupção do prazo prescricional.

28. A Prefeitura do Município X está planejando adquirir novos equipamentos de informática para modernizar suas repartições públicas. Para isso, decidiu realizar uma licitação na modalidade de pregão. No edital, a Prefeitura especificou as características técnicas dos equipamentos, a quantidade necessária e o prazo de entrega. No dia da sessão pública do pregão, cinco empresas apresentaram suas propostas e participaram da fase de lances. A empresa Gama Tecnologia Ltda. apresentou o menor preço e foi declarada vencedora. Entretanto, uma das empresas concorrentes, Beta Computadores S.A., entrou com

um recurso alegando que a empresa vencedora não atendia a todos os requisitos técnicos e de habilitação especificados no edital. O pregoeiro, após analisar o recurso, verificou que a alegação procedia e decidiu desclassificar a empresa Gama Tecnologia Ltda., declarando então a empresa Beta Computadores S.A. como a nova vencedora do certame. Com base nas disposições legais sobre a modalidade pregão, assinale a opção correta:

- a) o pregão é obrigatório apenas para a contratação de serviços de engenharia, não sendo aplicável para a aquisição de bens de informática, dada a complexidade desse tipo de produto.
- b) o critério de julgamento no pregão pode ser tanto o de menor preço quanto o de técnica e preço.
- c) o pregão seguirá o rito procedimental comum, devendo respeitar, dentre outras, as fases preparatória, de julgamento, de habilitação e de recursos.
- d) a decisão do pregoeiro em desclassificar a empresa Gama Tecnologia Ltda. foi equivocada, pois no pregão não há possibilidade de interposição de recursos, em razão da característica comum do objeto e da celeridade exigida no certame.
- e) a empresa que apresentar proposta com o menor preço é automaticamente a vencedora, sem necessidade de verificação do atendimento aos requisitos de habilitação, uma vez que essa fase somente acontece na concorrência.

ÉTICA*Tiago Zanolla*

29. Em uma pequena cidade do interior, a jovem servidora pública Laura, recém-empossada, deparou-se com um dilema ético. Seu superior, solicitou que ela elaborasse um relatório favorável a uma empresa de construção civil que concorria a uma licitação pública. No entanto, Laura havia descoberto irregularidades na documentação da empresa, o que a colocava em conflito com a ordem recebida.

Sentindo-se angustiada, Laura buscou orientação na Comissão de Ética. Após analisar o caso, a Comissão concluiu que a conduta do secretário violava os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, configurando um ato de improbidade administrativa. Diante disso, Laura decidiu denunciar o caso ao Ministério Público, mesmo sabendo que sua atitude poderia lhe trazer consequências negativas.

A situação vivenciada por Laura evidencia um conflito entre:

- a) O interesse público e o interesse privado.
- b) A obediência hierárquica e a autonomia funcional.
- c) A lealdade institucional e a ética profissional.
- d) A legalidade e a moralidade administrativa.
- e) O sigilo profissional e a transparência pública.

LGPD*Antônio Daud*

30. Em relação ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

- b) a Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública.
- c) consentimento consiste na manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- d) o princípio da responsabilização e prestação de contas representa a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- e) o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente.

FLUÊNCIA DE DADOS*Emannuelle Gouveia*

31. Quanto ao nível de proficiência, em relação à Fluência de Dados, as organizações que possuem habilidades analíticas de dados avançadas, mas o acesso aos dados é limitado a funcionários pertencentes exclusivamente a algumas funções, pode ser classificada como:

- a) Conhecimento Rudimentar
- b) Alfabetização básica.
- c) Alto conhecimento.
- d) Baixo conhecimento.
- e) Fluente em dados

32. O número 127 em decimal equivale a qual valor no sistema binário:

- a) 1111111
- b) 0000001
- c) 0101010
- d) 1100101
- e) 1110001.

33. “Combina técnicas de estatística, mineração de dados e aprendizagem de máquina (Machine Learning) para encontrar significado em grandes quantidades de dados, trabalhando com probabilidades, entre outros para antecipar comportamentos futuros com base em eventos passados. Responde à pergunta: “O que vai acontecer?”

Essa é a definição da análise:

- a) diagnóstica
- b) prescritiva
- c) preditiva
- d) descritiva
- e) explanatória

34. Sobre ETL, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- a) Apresenta extração e carga obrigatórias no processo e transformações opcionais
- b) Apresenta extração e carga opcionais e transformações obrigatórias.
- c) realiza a carga obrigatoriamente de uma base de origem para uma base de destino
- d) é a parte mais simples e exige o menor esforço no desenvolvimento de um DW.
- e) não executa transformações, como por exemplo corrigir erros de integridade, porque os dados devem ser mantidos como os originais..

35. Um banco de dados analítico nativo de software livre que fornece consultas SQL rápidas e interativas diretamente nos dados do Apache Hadoop é o:

- a) KUDU
- b) NIFI
- c) OOZIE
- d) IMPALA
- e) KAFKA

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

36. Considere a afirmação:

"Na vida pessoal, todos os estudantes são miseráveis."

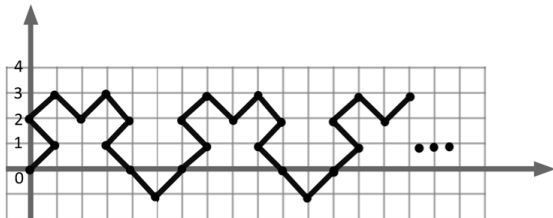
Se essa frase é falsa, é correto concluir que:

- a) Na vida profissional, todos os estudantes não são miseráveis.
- b) Na vida pessoal, todos os estudantes não são miseráveis.
- c) Na vida pessoal, há pelo menos um estudante que não é miserável.
- d) Na vida profissional, há estudantes que não são miseráveis.
- e) Na vida pessoal, nenhum estudante é miserável.

37. Considere um cilindro circular reto e um cone circular reto, ambos de mesma altura. Sabendo-se que o raio da base do cone é a metade do raio da base do cilindro, a razão entre o volume do cilindro e o volume do cone é:

- a) 18
- b) 12
- c) 6
- d) 4
- e) 3

38. A figura a seguir mostra o trajeto de um coelho em um plano cartesiano. Cada quadriculado representado na figura apresenta lado 1, e cada passo do coelho tem comprimento $\sqrt{2}$ e corresponde à diagonal de um quadriculado de lado 1.



A partir do ponto $X = (0; 0)$, o coelho deu 4314 passos até chegar ao ponto Y . O ponto Y é:

- a) (2586; 0)
- b) (2586; 2)
- c) (2587; 1)
- d) (2587; 3)
- e) (2588; 2)

39. Se x trabalhadores pintam y metros quadrados de parede em z dias, então o número de trabalhadores necessários para pintar m metros quadrados de parede em n dias é:

- a) $\frac{mxz}{ny}$
- b) $\frac{mx}{nyz}$
- c) $\frac{nz}{mxy}$
- d) $\frac{xyz}{mn}$
- e) $\frac{nx}{myz}$

40. Em uma cidade pequena, inaugurou-se uma hamburgueria que oferecia somente os hambúrgueres A e B. Para avaliar a aceitação das opções oferecidas, a hamburgueria encomendou uma pesquisa, cujo resultado mostrou que, das 1.200 pessoas entrevistadas, 770 gostam do hambúrguer A; 370 gostam apenas do hambúrguer B e 590 não gostam do hambúrguer B.

Escolhendo-se ao acaso uma das pessoas entrevistadas, probabilidade de essa pessoa gostar dos dois hambúrgueres é:

- a) $1/6$
- b) $1/5$
- c) $1/4$
- d) $1/3$
- e) $1/2$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Rennó

41. O planejamento estratégico é fundamental para ajudar organizações a definir sua direção de longo prazo. Qual das seguintes opções melhor descreve um elemento essencial do planejamento estratégico em uma empresa?

- a) Realizar reuniões diárias para discutir mudanças operacionais imediatas.
- b) Determinar os preços dos produtos com base na concorrência.
- c) Estabelecer metas claras e objetivos de longo prazo que alinhem todos os departamentos.
- d) Contratar funcionários temporários para projetos de curto prazo.
- e) Focar em tarefas diárias sem considerar o contexto mais amplo da empresa.

42. O Balanced Scorecard (BSC) é uma ferramenta estratégica que ajuda as organizações a traduzir sua visão e estratégia em um conjunto de indicadores de desempenho operacionais e estratégicos. Qual dos seguintes elementos é considerado um dos quatro pilares principais do Balanced Scorecard?

- a) Margem de lucro líquido
- b) Perspectiva do cliente
- c) Taxa de turnover de funcionários
- d) Análise SWOT
- e) Índice de liquidez corrente.

43. Considerando os diferentes estilos de liderança, qual das seguintes opções melhor descreve o estilo de liderança transformacional e sua aplicabilidade?

- a) Um líder transformacional foca primariamente na supervisão rígida das atividades diárias, garantindo que todos os processos sejam seguidos à risca para maximizar a eficiência.
- b) Este estilo de liderança envolve inspirar e motivar os seguidores a transcendem seus interesses pessoais pelo bem maior da organização, promovendo mudanças significativas.
- c) Líderes transformacionais delegam a maioria das decisões importantes para os subordinados para incentivar a independência e o desenvolvimento de habilidades de liderança em outros.
- d) Um líder transformacional evita tomar decisões unilaterais, preferindo um estilo mais democrático onde cada decisão é votada pela equipe.
- e) Este estilo de liderança é caracterizado por recompensar apenas os resultados de curto prazo, focando na obtenção de ganhos rápidos em vez de mudanças duradouras.

44. Dentro das teorias de motivação, a Teoria da Expectativa propõe que a motivação dos funcionários é determinada pela crença de que seu esforço levará ao desempenho esperado e será seguido por uma recompensa desejada. Qual das seguintes opções melhor ilustra a aplicação desta teoria em um ambiente de trabalho?

- a) Implementar um programa de bônus baseado estritamente na antiguidade dos funcionários na empresa, recompensando a lealdade acima do desempenho.
- b) Estabelecer metas claras e alcançáveis para os funcionários, juntamente com recompensas específicas que são valorizadas pelos funcionários e diretamente ligadas ao desempenho individual.
- c) Focar exclusivamente no desenvolvimento pessoal dos funcionários através de treinamentos, sem vincular esses esforços a recompensas tangíveis ou promoções.
- d) Conduzir avaliações de desempenho que são vagas e não fornecem feedback específico ou diretrizes sobre como os funcionários podem melhorar seu desempenho.
- e) Criar um ambiente de trabalho altamente competitivo onde apenas o funcionário com o melhor desempenho no departamento é recompensado ao final de cada ano.

45. Cultura e clima organizacional são aspectos fundamentais que influenciam como os funcionários percebem e interagem com seu ambiente de trabalho. Qual das seguintes opções melhor descreve uma iniciativa eficaz para melhorar o clima organizacional em uma empresa que enfrenta problemas de baixo moral e engajamento dos funcionários?

- a) Aumentar o monitoramento das atividades dos funcionários para garantir conformidade com as políticas da empresa.
- b) Focar exclusivamente em aumentar os salários e benefícios sem abordar as causas subjacentes do descontentamento.
- c) Restringir as comunicações internas a apenas informações essenciais para reduzir a sobrecarga de informação.
- d) Limitar as interações sociais durante o horário de trabalho para aumentar a produtividade.
- e) Implementar um programa de feedback anônimo que permita aos funcionários expressar suas preocupações e sugestões de melhoria.

46. Em gestão de processos, é essencial identificar e melhorar continuamente as operações para aumentar a eficiência. Qual das seguintes opções é uma prática comum para otimizar um processo em uma organização?

- a) Aumentar a quantidade de aprovações necessárias para concluir uma tarefa.
- b) Implementar ferramentas tecnológicas para automatizar tarefas repetitivas.
- c) Manter todos os processos inalterados para garantir estabilidade.
- d) Reduzir a comunicação entre departamentos para simplificar o gerenciamento.
- e) Deixar as decisões de melhoria para os novos funcionários apenas.

47. O ciclo de vida de um projeto em gestão de projetos descreve as fases pelas quais um projeto

passa desde seu início até sua conclusão. Qual das seguintes opções melhor descreve a fase de iniciação de um projeto?

- a) Desenvolvimento do cronograma detalhado do projeto e alocação de recursos necessários para cada etapa.
- b) Realização de uma análise detalhada de risco para identificar potenciais desafios que possam impactar a conclusão do projeto.
- c) Definição dos objetivos e metas do projeto, identificação dos principais stakeholders e formulação do escopo inicial do projeto.
- d) Encerramento do projeto, incluindo a documentação das lições aprendidas e a liberação dos recursos utilizados.
- e) Monitoramento e controle do progresso do projeto para assegurar que os objetivos estão sendo atingidos conforme planejado.

48. A evolução dos modelos de gestão de pessoas reflete mudanças nas abordagens e práticas ao longo das décadas. Qual das seguintes opções melhor descreve uma tendência moderna na gestão de pessoas que diferencia os modelos contemporâneos dos tradicionais?

- a) Enfoque estrito na conformidade com as regras e procedimentos internos sem flexibilidade para adaptações individuais.
- b) Priorização de relações hierárquicas rígidas, onde as decisões são centralizadas nas mãos da alta administração.
- c) Abordagem centrada no desenvolvimento contínuo de competências e no bem-estar dos funcionários, promovendo uma cultura de aprendizado e suporte.
- d) Utilização exclusiva de métodos tradicionais de avaliação de desempenho, como avaliações anuais sem feedback contínuo.
- e) Foco principal em tarefas e responsabilidades operacionais, minimizando a importância do engajamento e da motivação dos funcionários.

49. A avaliação de desempenho é uma ferramenta crucial na gestão de pessoas, usada para avaliar a eficácia dos funcionários e orientar seu desenvolvimento. Qual das seguintes opções melhor descreve um método contemporâneo de avaliação de desempenho que se diferencia dos métodos tradicionais?

- a) Avaliações anuais onde o gestor fornece feedback baseado em uma revisão do desempenho do funcionário ao longo do último ano.
- b) Utilização de formulários padronizados que pontuam os funcionários em uma escala fixa baseada em critérios específicos de desempenho.
- c) Feedback 360 graus, onde o funcionário recebe avaliações não apenas de superiores, mas também de colegas, subordinados e, às vezes, clientes.
- d) Concentração exclusiva nas falhas dos funcionários durante as avaliações para identificar áreas de melhoria sem reconhecer sucessos ou forças.
- e) Limitar o feedback ao desempenho em tarefas específicas sem considerar o desenvolvimento pessoal ou as metas de carreira do funcionário.

50. A gestão por competências é um modelo de gestão de pessoas focado em identificar, desenvolver e aplicar as competências necessárias para o desempenho organizacional. Nesse contexto, qual das seguintes alternativas melhor descreve um dos principais objetivos da gestão por competências?

- a) Aumentar a competitividade da empresa no mercado através da redução de custos operacionais.
- b) Garantir que todos os funcionários recebam treinamento em todas as áreas de atuação da empresa.
- c) Desenvolver um ambiente de trabalho harmonioso e sem conflitos entre os funcionários.
- d) Alinhar as competências dos colaboradores aos objetivos estratégicos da organização, promovendo um desempenho superior.

e) Incentivar a rotatividade de funcionários para renovar constantemente o quadro de pessoal da empresa.

51. No contexto de recrutamento e seleção de pessoas, diversos instrumentos, técnicas e metodologias podem ser utilizados para identificar os candidatos mais adequados para uma posição. Qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma técnica de seleção que utiliza um conjunto de atividades para observar o comportamento dos candidatos em situações simuladas, frequentemente usada para avaliar competências específicas?

- a) Entrevista comportamental
- b) Dinâmica de grupo
- c) Teste de habilidades
- d) Análise curricular
- e) Entrevista técnica.

52. No contexto de treinamento e desenvolvimento, o processo de treinamento envolve várias etapas para garantir a eficácia do aprendizado. Qual das seguintes alternativas descreve corretamente a etapa inicial do processo de treinamento, onde são identificadas as necessidades de desenvolvimento dos colaboradores?

- a) Implementação do programa de treinamento
- b) Avaliação dos resultados do treinamento
- c) Diagnóstico de necessidades de treinamento
- d) Desenvolvimento de materiais de treinamento
- e) Seleção dos instrutores de treinamento.

53. Na gestão do conhecimento, é essencial implementar práticas que facilitem a captura, o compartilhamento e a aplicação do conhecimento dentro da organização. Qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma técnica utilizada para capturar o conhecimento tácito dos funcionários mais experientes?

- a) Implementação de um sistema CRM
- b) Realização de workshops
- c) Criação de manuais operacionais
- d) Programas de mentoria
- e) Auditorias externas.

54. A descrição, análise e avaliação de cargos são etapas essenciais na gestão de recursos humanos. Qual das seguintes alternativas descreve corretamente o objetivo principal da análise de cargos dentro de uma organização?

- a) Determinar as faixas salariais para cada cargo
- b) Estabelecer as competências e habilidades necessárias para o desempenho do cargo
- c) Identificar e descrever as principais atividades e responsabilidades de um cargo
- d) Avaliar o desempenho dos funcionários em suas funções
- e) Definir a estrutura hierárquica da organização.

55. Qualidade de vida no trabalho (QVT) é um conceito que envolve diversos fatores que afetam o bem-estar dos funcionários dentro de uma organização. Qual das seguintes alternativas descreve corretamente um componente essencial da qualidade de vida no trabalho?

- a) Aumento de salário anual
- b) Oferecimento de treinamentos técnicos obrigatórios
- c) Implementação de um programa de saúde e bem-estar
- d) Avaliação de desempenho semestral

- e) Expansão das operações internacionais da empresa.

GESTÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

56. Considerando o processo de planejamento em uma organização, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O planejamento estratégico é um processo emergente e incremental de aprendizado.
- II. A organização não precisa responder às forças do microambiente.
- III. A visão organizacional refere-se à identidade comum quanto aos propósitos da organização para o futuro.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e IV.
 - b) I e III.
 - c) III e IV.
 - d) I e II.
 - e) II e III.
-

57. A utilização do Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de planejamento estratégico prioriza o equilíbrio organizacional que

- a) pondera os indicadores a partir da avaliação da perspectiva interna, com maior peso para as medidas não financeiras.
- b) utiliza exclusivamente indicadores financeiros e contábeis, a partir da aplicação de uma matriz de equalização.
- c) aplica-se mais a entidades privadas, dada a dificuldade de adaptação aos objetivos públicos com os critérios de avaliação e medição preconizados.
- d) permite visualizar as relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos, distribuídos entre as perspectivas consideradas pelo BSC.
- e) poderá ser adaptada para as peculiaridades de uma organização pública, com a redistribuição dos pesos próprios das perspectivas inerentes ao BSC, a saber: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades

58. A avaliação na administração pública deve ser realizada com base nos indicadores e metas previamente definidos e não limitada à autoavaliação ou a aspectos comportamentais e subjetivos. Acerca dos indicadores de desempenho da atuação da Administração na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo do alcance dos resultados financeiros previsto nos planos orçamentários.
- II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento na relação leito / pacientes atendidos nos hospitais públicos.

III. A economicidade ocorre quando um gestor público adquire equipamentos e insumos para as escolas com alta qualidade e com custo abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

59. Determinado funcionário de um banco recebeu do especialista em qualidade de atendimento registros da ocorrência de problemas que estariam provocando insatisfação nos clientes da agência, como excessivo tempo de espera na fila do caixa e falta de cortesia no atendimento, entre outras. Visando organizar as informações recebidas e gerenciar da melhor forma possível o processo de trabalho, a ferramenta indicada para priorizar os problemas que estavam causando maior impacto deverá ser o(a):

- a) histograma;
- b) folha de verificação;
- c) carta de controle;
- d) diagrama de Ishikawa;
- e) diagrama de Pareto.

60. Acerca da gestão de projetos e da gestão de processos, analise os itens a seguir.

- I. O modelo de cascata, conhecido como *waterfall*, é uma abordagem linear de gerenciamento de projetos na qual os requisitos das partes interessadas e dos clientes são coletados no início do projeto e em seguida um plano sequencial é criado para acomodar esses requisitos.
- II. O modelo de cascata é uma metodologia de gestão de projetos que segue fases, onde uma fase não pode começar até que a fase anterior seja concluída.
- III. *Waterfall* e *Agile* são duas metodologias diferentes de gerenciamento de projetos, mas ambas são igualmente válidas dependendo do contexto do projeto.

Aponte a alternativa correta

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

61. A rede PERT, bastante utilizada em gestão de projetos é uma ferramenta que indica

- a) o caminho que impede que existam duas ou mais atividades com início e fim nos mesmos eventos.
- b) as atividades de menor tempo e de maior criticidade de um projeto.
- c) o caminho composto por atividades de maior tempo e que determinam a menor duração do projeto.
- d) o tempo do projeto por um modelo probabilístico, utilizando uma média ponderada da estimativa provável, pessimista e otimista do tempo das atividades.
- e) o tempo e as atividades envolvidas no projeto que não poderão sofrer atraso sob pena de comprometer o prazo de duração do projeto.

62. A visão estratégica da área de gestão de pessoas exerce a função de staff, definindo políticas e práticas, visando a assegurar e acompanhar a atuação das organizações modernas. Acerca dos temas relacionados à gestão de pessoas que atua num ambiente dinâmico e mutável e adota estratégias prospectivas, assinale a opção que apresenta medidas adequadas.

- a) recrutamento interno e avaliações customizadas.
- b) treinamento com foco individual e decisões centralizadas sobre a remuneração.
- c) salário baseado na antiguidade e treinamento em equipe.
- d) avaliações padronizadas e recrutamento interno.
- e) recrutamento externo e treinamento em equipe.

63. A moderna gestão de pessoas vem assumindo a função estratégia de apoio à organização, aos gestores e aos indivíduos. Visando apoiar os gestores no processo de gestão de desempenho, a área de RH desenvolveu um sistema de avaliação de desempenho que contemple somente fatores dos comportamentos extremos do avaliado, denominado de:

- a) Comparação binária
- b) Escolha forçada.
- c) 360º.
- d) Escala gráfica
- e) Incidentes críticos.

64. As competências individuais podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos que o indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto organizacional, agregando valor à organização e a si mesmo. Esse conceito destaca que a competência individual tem duas dimensões, a saber:

- a) habilidades e atitudes.
- b) entregas e desempenho.
- c) conhecimentos e habilidades.
- d) capacidades e entregas.
- e) valores e atitudes.

65. A gestão por competência é uma das ferramentas de gestão de pessoas adotada em vários órgãos e entidades da administração pública, visando treinar, captar e alinhar seus talentos aos objetivos a serem alcançados nas organizações. Acerca da gestão por competência, avalie os itens a seguir.

- I. A gestão por competências possibilita mapear as competências necessárias para o exercício de atividades de liderança em uma organização e permite levar informações para outros subprocessos de gestão de pessoas, como agregar, aplicar e recompensar.
- II. Independente dos custos e investimentos envolvidos, a administração pública deve desenvolver competências profissionais, pois somente pessoas capacitadas, motivadas e reconhecidas alcançam os resultados desejados.
- III. O modelo de gestão de pessoas por competência identifica as lacunas de competência e mensura a complexidade das competências, que podem ser analisadas do ponto de vista de nível, abrangência e escopo. Na administração pública, essas competências estão relacionadas ao cargo ocupado; na administração privada o conceito utilizado está relacionado ao espaço ocupacional.

Aponte a alternativa correta

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

66. A qualidade de vida no trabalho – QVT configura-se como um processo de manter pessoas no ambiente de trabalho. Acerca do tema, analise as alternativas a seguir.

- I. QVT é um indicador de satisfação do colaborador no trabalho, medido a partir dos níveis de saúde e bem-estar, ambiente físico, interação social, crescimento pessoal entre outros.
- II. QVT possibilita um convívio melhor entre o funcionário e a empresa, mas não interfere no absenteísmo e no turnover.
- III. A cultura da QVT promove aumento de produtividade e motivação, mas isso não impacta na retenção de talentos, que envolve fatores mais complexos.

Aponte a alternativa correta

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

67. A cultura organizacional pode ser um fator de sucesso ou fracasso, promover identidade e personalidade, além de repercutir na imagem externa da organização. Na administração pública, o PDRAE, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado tinha como um dos seus desafios promover uma mudança na cultura, do foco na hierarquia para o foco nos resultados, por exemplo. Levando em consideração que na administração pública predominava o modelo burocrático, qual o tipo de cultura organizacional característico?

- a) do poder
- b) da tarefa
- c) dos papéis
- d) da pessoa
- e) do resultado

68. No que se refere aos novos modelos de gestão estratégica de pessoas e à gestão da mudança organizacional, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Uma determinada empresa está avaliando suas estratégias, identificando lacunas para aprimoramento de seus processos, comunicando claramente a necessidade de mudança e realizando sessões de brainstorming para incentivar as equipes a pensarem de forma diferente. Nesse caso, de acordo com o modelo de mudança de Kurt Lewin essa organização encontra-se na etapa do descongelamento.
- II. A introdução do processo de mudança em uma organização desencadeia picos de performance que se mostram decrescentes, sobretudo, na fase de duração da mudança, voltando a estabilizar-se na fase do descongelamento.
- III. A gestão estratégica de pessoas constitui um conjunto de atividades de aprendizagem e desenvolvimento que estão verticalmente alinhadas e horizontalmente integradas e que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

69. A gestão de pessoas, acompanhando às mudanças ocorridas nas organizações, evoluiu desde uma visão operacional à visão estratégica de pessoas. Acerca da gestão de pessoas, analise as afirmações a seguir.

- I. A administração de recursos humanos, na era da informação, cedeu lugar a uma nova abordagem, a Gestão de Pessoas, onde as pessoas são vistas como fornecedoras de conhecimento e competências, imprevisíveis e flexíveis, independentes da organização, alinhadas à estratégia organizacional.
- II. As funções administrativas características da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas incluem a realização de rotinas típicas de departamento pessoal e a elaboração de políticas de desenvolvimento e de gestão de desempenho de pessoas.
- III. A gestão de pessoas tem a função de assumir responsabilidades de consultoria interna às equipes para que os empregados sejam capazes de agilizar a comunicação e gerar novos conhecimentos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

70. As organizações, modernamente, têm adotado processos de recrutamento e seleção, treinamento e educação corporativa visando captar e desenvolver competências alinhadas ao alcance dos objetivos organizacionais. Acerca dos temas, avalie os itens a seguir.

- I. O recrutamento consiste no processo de atração de membros aptos a ocupar cargos na organização e quando realizado de forma externa apresenta como vantagem a renovação e enriquecimento do patrimônio humano, não obstante promover desmotivação no ambiente interno.
- II. Os processos seletivos de funcionários podem ocorrer através do modelo de colocação, quando somente há um funcionário para uma vaga; seleção, quando há vários candidatos para uma vaga; e classificação, quando há vários candidatos para várias vagas.
- III. Investimentos em capacitação contribuem para o desempenho e resultados melhores, por isso a área de RH deve promover um processo contínuo de análise das necessidades de treinamento, examinando no nível organizacional os processos realizados, as atividades e tarefas, com vistas a determinar quais conteúdos deverão ser abordados em programas de treinamento.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

71. Durante uma auditoria interna no Ministério da Saúde, foram identificadas diversas irregularidades na execução de um programa de aquisição de medicamentos. As irregularidades incluem a

contratação de fornecedores sem licitação adequada, pagamentos efetuados sem a devida comprovação dos serviços prestados e discrepâncias significativas entre os valores contratados e os valores de mercado. Carlos, o responsável pelo sistema de controle interno do Ministério, ao tomar conhecimento dessas irregularidades, realizou uma análise detalhada e confirma as inconsistências. Simultaneamente, um grupo de cidadãos, cientes das irregularidades através de notícias veiculadas na mídia, decidiu organizar uma denúncia formal para exigir uma investigação mais aprofundada sobre o caso. Nos termos da Constituição Federal, assinale a opção correta:

- a) Carlos não tem obrigação de informar ao Tribunal de Contas da União sobre as irregularidades identificadas, pois sua responsabilidade é apenas interna.
- b) a denúncia formal dos cidadãos ao TCU não possui legitimidade, visto que apenas servidores públicos podem denunciar irregularidades.
- c) Carlos, por determinação constitucional, é obrigado a informar as irregularidades ao TCU, sob pena de responder solidariamente no caso de omissão.
- d) o controle interno não inclui a avaliação da eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal, limitando-se ao exame da legalidade e da regularidade.
- e) em razão da autonomia, o sistema de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estão dispensados de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, que é de responsabilidade exclusiva dos Tribunais de Contas.

72. Maria é servidora federal e praticou, no exercício de suas funções, ato administrativo considerado discricionário, observando todas as disposições legais para a sua prática. Contudo, seu superior hierárquico considerou que o momento para a prática daquele ato era inoportuno, e não estava dentro do planejamento do órgão para o período. Nessa situação, caso o superior queira extinguir o ato praticado por Maria, deverá realizar a sua

- a) correção.
- b) convalidação.
- c) anulação.
- d) revogação.
- e) invalidação.

73. O Estado X adotou os procedimentos para cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sociedade de economia mista Y, que pertence à União. Segundo o Estado, por se tratar de entidade de direito privado, não seria aplicável à empresa estatal o benefício da imunidade tributária recíproca. A sociedade de economia mista Y, contudo, informou que, por ser prestadora de serviços públicos, em regime de exclusividade, faz jus à imunidade tributária prevista na Constituição Federal. Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) o argumento da empresa estatal não procede, tendo em vista que a imunidade tributária somente se aplica às entidades de direito público.
- b) o argumento da sociedade de economia mista é procedente, desde que não ocorra distribuição de lucros entre os seus acionistas.
- c) todas as empresas estatais prestadoras de serviços públicos gozam de imunidade tributária recíproca.
- d) a imunidade tributária recíproca aplica-se a todas as entidades da administração pública.

e) em razão do princípio da indisponibilidade, o instituto da imunidade tributária é inconstitucional.

74. Suponha que determinado Estado da federação tenha delegado a prestação de um serviço público à sociedade de economia mista X, para a realização de obras e asfaltamento em rodovia estadual. O contrato de concessão também abrangia as atividades de operação e manutenção da rodovia. Ocorre que a sociedade de economia X acabou contraindo diversas dívidas, o que a forçou a transferir o controle societário para a sociedade empresária Y, que assumiu o controle de todas as operações, inclusive a concessão da rodovia estadual mencionada. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a medida é:

- a) constitucional, pois é a proposta mais vantajosa que vincula a Administração e, mantidos os seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automaticamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação.
- b) inconstitucional, pois a identidade do particular contratado guarda relação com o princípio da impessoalidade, que fundamenta as ações do poder público.
- c) inconstitucional, pois a Constituição Federal expressamente define que a concessão e a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de licitação.
- d) constitucional, desde que a anuência seja concedida mediante autorização legislativa específica.
- e) constitucional, uma vez que a Constituição admite a dispensa de licitação para concessão de serviços públicos, nos termos previstos em lei.

75. As agências reguladoras desempenham um papel crucial na Administração Pública brasileira, especialmente na regulação de setores estratégicos e na garantia da prestação de serviços essenciais à população. Considerando o papel das agências reguladoras e suas características no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta:

- a) são entidades administrativas vinculadas às autarquias especiais e por isso, não possuem personalidade jurídica própria.
- b) a sua natureza especial é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.
- c) as autarquias ou fundações públicas são qualificadas pelo chefe do Executivo como agências reguladoras, após celebrar contrato de gestão com órgão da administração pública.
- d) não se submetem ao controle externo realizado pelos tribunais de contas, por possuírem independência.
- e) os membros do colegiado das agências reguladoras são nomeados pelo chefe do Executivo para o exercício de suas funções por prazo indeterminado.

76. O sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 14.133/2021 sobre o tema, é correto afirmar:

- a) o objeto contratado pode ser entregue em locais diferentes, mas é expressamente vedado o estabelecimento de preços diferentes nesses casos.
- b) a ata de registro de preços ficará vigente por um ano, admitida prorrogação, desde que o prazo máximo não ultrapasse os limites dos prazos contratuais definidos na Lei nº 14.133/2021.
- c) não é permitida a utilização do sistema de registro de preços nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- d) é viável o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nos casos de alimentos perecíveis.
- e) a contratação da execução de obras pelo sistema de registro de preços somente será permitida para objetos não padronizáveis, sem complexidade técnica e operacional.

77. Carlos, um ex-prefeito de uma pequena cidade, foi condenado por improbidade administrativa devido ao desvio de recursos públicos, causando um dano ao erário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Além de Carlos, também houve a condenação da empresa Dilapidando o Erário S.A., em solidariedade com o agente público. Após a condenação e antes de reparar o dano, Carlos faleceu, deixando cerca de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de herança. Constatou-se ainda que a empresa Dilapidando o Erário S.A. foi incorporada pela sociedade empresarial Malbaratamento Empreendimentos S.A., como parte de um processo de reestruturação empresarial. Com base no disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta:

- a) os herdeiros de Carlos não têm responsabilidade pela reparação do dano causado ao erário, pois a responsabilidade é exclusivamente pessoal.
- b) a sociedade empresarial Malbaratamento Empreendimentos S.A. não tem qualquer responsabilidade pela reparação do dano, uma vez que se trata de nova entidade, com a presença de investidores distintos.
- c) os herdeiros de Carlos podem ser responsabilizados pela reparação do dano causado ao erário, até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido a eles.
- d) a sociedade empresarial Malbaratamento Empreendimentos S.A. é responsável pela reparação integral do dano causado, sem quaisquer limitações.
- e) a sociedade empresarial Malbaratamento Empreendimentos S.A. pode ser responsabilizada pelas sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, ainda que responda pelos mesmos fatos com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

78. Caio, um bebê de apenas um ano, foi atingido por uma bala perdida durante um confronto entre policiais e criminosos no bairro onde mora. A operação repercutiu em toda a mídia, ficando demonstrada a atuação dos policiais no confronto. Nessa situação, é correto afirmar, acerca da responsabilidade civil estatal e com base em entendimento dos Tribunais Superiores, que:

- a) o Estado responde objetivamente, desde que comprovado o dolo ou culpa no desfecho trágico da operação policial.
- b) a responsabilidade nesse caso é objetiva e integral, sendo incabível a demonstração das excludentes de ilicitude.
- c) no caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever do Estado, em decorrência de sua responsabilidade civil objetiva, provar a exclusão do nexo causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido.
- d) o Estado responderá de forma subjetiva, quando a perícia for inconclusiva, uma vez que a família da vítima terá que provar que os policiais não adotaram as cautelas legais e normativas exigidas, configurando-se a omissão culposa.
- e) se a perícia for inconclusiva sobre a origem do disparo, ficará excluída a responsabilidade civil estatal, em razão da ausência da comprovação do nexo causal entre a ação estatal e o dano.

79. Ana exerce cargo público de provimento efetivo e estava em dúvida sobre os seus direitos sobre a concessão de revisão geral anual e, para isso, solicitou informações de advogado especializado sobre o tema, uma vez que pretendia ingressar com ação judicial pleiteando a concessão da revisão, que não lhe fora concedida nos últimos anos.

Nesse caso, ela foi corretamente informada de que:

- a) o Poder Judiciário não pode conceder a revisão geral anual, por não gozar de função legislativa, mas poderá atribuir indenização ao servidor público, caso não seja encaminhado projeto de lei para a concessão da revisão anual dos seus vencimentos.
- b) é vedado ao Poder Judiciário, por não ter função legislativa, conceder aumento de vencimentos de servidores públicos, salvo quando houver ofensa ao princípio da isonomia.
- c) a revisão geral anual tem por escopo a mera recomposição do poder aquisitivo das remunerações e subsídios de todos os servidores públicos e agentes políticos de determinado ente federativo, enquanto o reajuste de remunerações e subsídios por lei específica tem por objeto a readequação da retribuição pecuniária devida pelo exercício de determinado cargo, ajustando-a à realidade das suas responsabilidades, atribuições e mercado de trabalho.
- d) em que pese o Poder Judiciário não goze de função legislativa para fixar os vencimentos ou para conceder a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos, compete-lhe ajustar o auxílio-alimentação, visto que se trata de verba indenizatória, que não se incorpora à remuneração.
- e) o Poder Judiciário não pode conceder a revisão geral anual para servidores públicos, uma vez que a matéria se submete ao princípio da reserva legal, devendo o projeto de lei ser proposto pelo Chefe do Poder Executivo, mas é possível que o órgão jurisdicional fixe prazo para que o Poder Executivo apresente projeto de lei que vise a promover a

revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

80. João, servidor público federal, trabalha no setor de compras de uma autarquia federal. Durante uma auditoria interna, Maria, sua superior hierárquica, descobre evidências de que João pode estar envolvido em práticas irregulares, como favorecimento de determinadas empresas em processos de licitação e superfaturamento de contratos. Maria tem ciência de que, conforme a Lei 8.112/90, ela deve tomar providências imediatas para apurar as irregularidades, via sindicância ou processo administrativo disciplinar. Acerca do processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que:

- a) se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será extinto.
- b) o processo disciplinar deve ser concluído no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por igual período, e o julgamento deve ser realizado em até vinte dias, totalizando um prazo máximo de cento e quarenta dias, mas o julgamento fora do prazo não gera nulidade.
- c) todos os membros da comissão disciplinar devem ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado e ocupar cargo equivalente.
- d) o relatório da comissão é vinculante, motivo pelo qual deve ser acatado, vedado o agravamento ou abrandamento da pena.
- e) o processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores efetivos ou comissionados, designados pela autoridade competente.

81. A Comissão de Valores Mobiliários está avaliando está elaborando um ato normativo para disciplinar as atividades profissionais no âmbito do mercado de ações. Contudo, a matéria também envolve prerrogativas do Banco Central do Brasil e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo que todos são responsáveis pelo processo decisório final. Durante os trâmites iniciais, houve divergências significativas entre os envolvidos. Diante das discordâncias que estavam prejudicando a celeridade do processo decisório, um secretário executivo da CVM sugeriu que a decisão fosse tomada mediante processo de decisão coordenada.

Nesse caso, segundo a previsão da Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que

- a) por envolver entidades distintas, no âmbito da Administração direta e indireta, a decisão coordenada não poderia ser adotada.
- b) não poderá ser adotada a decisão coordenada quando houver discordância que prejudique a celeridade do processo decisório.
- c) ao optar pela adoção da decisão coordenada, a responsabilidade originária de cada órgão ou entidade envolvido será excluída.
- d) caso houvesse um órgão de Poder distinto participando do processo decisório, seria possível a adoção da decisão coordenada, para dar mais celeridade aos procedimentos da Administração federal.
- e) durante as reuniões para a tomada de decisão, não poderá ser arguida matéria estranha ao objeto da convocação.

82. Suponha que um servidor federal, ocupante de cargo privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada, esteja perto de se aposentar. Considere também que esse servidor pretende prestar novo concurso público, para o mesmo cargo que ocupa, porém em âmbito estadual, como forma de complementar sua remuneração. Em relação à possibilidade de acumulação de cargos públicos na ativa e após a aposentadoria, com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- a) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos federais com estaduais da área profissional da saúde, devendo o servidor optar por um deles.
- b) a autorização para acumulação de cargos dispensa a comprovação da compatibilidade de horários, salvo quando a carga-horária for superior a sessenta horas semanais.
- c) quando o servidor se aposentar, terá que optar pela remuneração de um dos cargos, para convertê-la em proventos de inatividade, pois não é possível acumular proventos de uma aposentadoria com remuneração de um cargo e também não é possível perceber proventos de duas aposentadorias simultaneamente.
- d) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) o teto constitucional remuneratório, no caso da acumulação, deveria ser observado quanto ao somatório dos valores percebidos nos dois cargos.

83. A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a licitação, mas o legislador retira essa obrigatoriedade. Assim, a autoridade pública terá discricionariedade para escolher entre licitar ou não licitar. Considerando que as hipóteses em que a licitação é dispensável é taxativa, assinale a opção em que a licitação não é dispensável:

- a) para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
- b) para compra de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
- c) para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;
- d) para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- e) para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

84. Considere que a Prefeitura do Município X firmou um contrato com a empresa Construção Segura S.A. para a construção de uma nova ponte sobre o rio principal da cidade. O contrato exigiu a prestação de garantia contratual no montante de 5% do valor do empreendimento. Além disso, a contratação incluiu uma matriz de alocação de riscos que distribuiu entre a Prefeitura e a empresa contratada os riscos previsíveis do projeto. A matriz de alocação de riscos considerou a natureza dos riscos, a capacidade de gestão de cada parte, e definiu que os riscos seguráveis seriam assumidos

preferencialmente pela empresa contratada. Durante a execução da obra, ocorreram duas situações: 1) a Prefeitura determinou unilateralmente uma alteração no projeto para incluir uma passarela de pedestres; 2) uma nova legislação aumentou significativamente o imposto sobre materiais de construção, impactando diretamente os custos da empresa. Com base nas disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a empresa Construção Segura S.A. poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apenas para os custos adicionais decorrentes da alteração unilateral determinada pela Prefeitura, uma vez que a legislação é determinação estatal geral, fruto do poder de império do Estado.
- b) a matriz de alocação de riscos não permite que a empresa solicite o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em nenhuma circunstância.
- c) a nova legislação que aumenta os impostos sobre materiais de construção não afeta a matriz de alocação de riscos, e a empresa não tem direito a solicitar ajustes no contrato.
- d) a Prefeitura deve assumir todos os riscos do projeto, inclusive aqueles com cobertura oferecida por seguradoras, para proteger o interesse coletivo.
- e) a garantia contratual poderia ser prestada na forma de título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

85. João é servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, e pretende se candidatar para cargo eletivo. Buscando se tornar conhecido pelos eleitores, João determinou a veiculação de seu nome nas publicidades oficiais do órgão em que atua, promovendo inequívoco enaltecimento de sua pessoa e personalização de atos e de obras públicas. Após denúncia anônima, o fato se tornou conhecido por Maria, chefe de João, que determinou a instauração de procedimento para apuração. Considerando essa situação, assinale a opção correta com base nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias do Direito Administrativo:

- a) a conduta de João ofende o princípio da publicidade, uma vez que a Constituição Federal determina que a publicidade oficial dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) para concorrer ao mandato eletivo, João poderá gozar de licença para atividade política, que será remunerada a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- c) se fosse o caso de punir João, Maria exerceria o poder de polícia administrativa.
- d) caso a decisão sobre o processo disciplinar coubesse a distintos setores do órgão em que João atua, o ato punitivo poderia ser adotado mediante decisão coordenada.
- e) a conduta de João constitui ato de improbidade administrativa, cabendo a aplicação, dentre outras, da pena de perda da função pública e de multa de até vinte e quatro vezes a remuneração do agente.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

86. Uma das principais características do Orçamento-Programa é a ênfase no planejamento. Na elaboração dos instrumentos de planejamento a partir da lógica conceitual de orçamento-programa, não se adequa a essa técnica o que consta em

- a) definição de objetivos e propósitos
- b) definição de programas de trabalho
- c) definição dos tipos de gastos com ênfase nas unidades organizacionais
- d) definição dos custos dos programas
- e) definição e desenho de medidas de desempenho

87. Ao assumir uma secretaria da CVM, um servidor recém-empossado por concurso público foi demandado para elaborar um levantamento dos principais projetos e atividades do órgão, de modo a elencar os principais resultados alcançados no último biênio.

Para atender à solicitação feita ao servidor, as informações solicitadas devem ser consultadas pela classificação das despesas

- a) funcional
- b) programática
- c) por modalidade de aplicação
- d) por natureza
- e) por esfera orçamentária

88. Na proposta do PPA 2024-2027 do Governo Federal, foi contemplado o programa “0789 Inovação aos concurseeiros”. O referido programa, de responsabilidade do Ministério da Gestão, Inovação e Serviços Públicos, tem o objetivo de fomentar, promover e incentivar a criação de polos de estudos, bibliotecas e centros intelectuais ao público concurseeiro.

Uma das ações desse programa tem como meta a implementação de 120 centros de estudos e a criação de 80 bibliotecas, inicialmente, aptas a receber o público-alvo e com acervo literário voltado ao objetivo dos estudantes e contará com investimentos na ordem de R\$ 14 milhões de reais em investimentos ao longo dos 4 anos de vigência do Plano, com recursos do Tesouro do Estado.

Não houve quaisquer outras informações repassadas pelo Ministério acerca desse programa. Assim, uma informação que precisa ser acrescentada na descrição do programa para atender aos requisitos de elaboração do PPA refere-se

- a) aos critérios para transferências de recursos ao programa
- b) à fonte de compensação para a destinação dos recursos
- c) ao impacto do programa nas metas do orçamento de investimentos do Governo Federal
- d) à modalidade de aplicação dos investimentos do programa
- e) à regionalização dos objetivos do programa

89. O empenho será formalizado mediante a emissão de um documento denominado “Nota de Empenho”, do qual deve constar o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária. Acerca desse documento, está correto o que se encontra em

- a) na Folha de Pagamento é imprescindível a emissão de um empenho para cada credor

b) Caso não seja necessária a impressão do documento “Nota de Empenho”, o empenho ficará arquivado em banco de dados, em tela com formatação própria e modelo oficial, a ser elaborado por cada ente da Federação em atendimento às suas peculiaridades.

c) Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho não poderá ser reforçado

d) Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente.

e) Será anulado parcialmente quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.

90. Um documento publicado pelo Governo Federal continha a seguinte orientação “Para fins de definição dos limites orçamentários para atender ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais e sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por intermédio dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes, encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento e Orçamento, até 15 de junho de 2023, informações quanto à necessidade de recursos orçamentários para 2024, segregadas por tipo de sentença, unidade orçamentária, grupo de despesa, identificação da Vara ou Comarca de trâmite da sentença objeto da ação judicial, situação processual e valor”.

Essa orientação deve ser seguida na elaboração do(a)

- a) demonstrativo do resultado nominal e primário
- b) lei de diretrizes orçamentárias
- c) plano plurianual
- d) orçamento de investimentos do Governo Federal
- e) relatório quadrimestral de gestão fiscal

91. As recentes alterações constitucionais que tratam da impositividade quanto à aprovação e execução de emendas parlamentares ao orçamento procuram garantir a aplicação de recursos para ações e serviços públicos de saúde.

Essa garantia de aplicação

- a) Em relação às emendas, serão apresentadas diretamente no Plenário do Congresso Nacional, que emitirá seu voto, e apreciadas, na forma regimental
- b) devem guardar compatibilidade com o plano plurianual ou com a lei de diretrizes orçamentárias
- c) Reestimativa de receita por parte do Poder Executivo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- d) Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria
- e) A execução orçamentária e financeira não ocorrem concomitantemente, por não estarem atreladas uma a outra.

92. Considere as informações a seguir, que se referem às receitas auferidas por um estado da federação em um dado período.

Descrição	Valor
Doações	R\$ 10.000
Receita de alienação de bens	R\$ 5.000
Receita de amortização de empréstimos	R\$ 7.000
Receitas de aluguéis	R\$ 2.500
Receitas de aplicações financeiras	R\$ 3.000
Receitas de compensações financeiras	R\$ 3.000
Receitas de concessões	R\$ 12.000
Receitas de dividendos	R\$ 11.500
Receitas de Operações de crédito	R\$ 19.000
Receitas tributárias	R\$ 6.500
Transferências correntes	R\$ 2.000
Transferências de capital	R\$ 1.000

Com base nesses dados, as receitas financeiras do referido estado no período de referência representam

- a) R\$ 32.000
- b) R\$ 29.000
- c) R\$ 44.000
- d) R\$ 55.500
- e) R\$ 39.500

93. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Acerca da impositividade atrelada ao orçamento moderno, está incorreto o que consta em

- a) subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas
- b) não se aplica nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados
- c) aplica-se exclusivamente às despesas financeiras
- d) não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais
- e) É executado de forma equitativa

94. Acerca das competências constitucionais do Plano Plurianual, está estaria equivocada a inclusão nesse instrumento o que conta em

- a) programas de duração continuada
- b) exigência de que a distribuição no PPA e LOA devem buscar reduzir as desigualdades regionais
- c) Necessidade de especificar o local onde as ações serão promovidas pelos investimentos públicos
- d) efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública
- e) inclusão de programas de trabalho voltados à execução das políticas públicas

95. Acerca do endividamento público e a definição de seus limites, está corretamente elencado o que consta em

- a) O montante da dívida mobiliária federal é definido pelo Senado Federal
- b) O limite global para a dívida consolidada líquida da União é definido pelo Congresso Nacional

c) Os limites globais e condições para a dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios são definidos pelo Senado Federal

d) Os limites globais e condições para as operações de crédito externa e interna de todos os entes da Federação, e ainda, autarquias e entidades controladas pela União são definidos pelo Congresso Nacional

e) A União não possui limite definido para concessão de garantias.

96. Acerca dos princípios orçamentários, assinale a alternativa incorreta

a) O princípio da unicidade orçamentária – que estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais – foi estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição de 1988.

b) O princípio da Publicidade justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.

c) O princípio da Transparência justifica-se pela exigência de se divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal

d) O princípio da universalidade é excepcionado pela autorização dada pela Constituição Federal para que a LOA possa conter a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

e) O princípio da Universalidade determina que a LOA de cada ente federado

deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

97. Acerca do que dispõe a constituição financeira e a legislação, assinale a alternativa correta

- a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- b) O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a alocação de recursos na economia
- c) As disponibilidades de caixa da União, dos estados e municípios serão depositadas no banco central
- d) É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira
- e) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais a meta da inflação

98. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, no caso de

- a) vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida
- b) vencido o prazo do credor, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja de interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor
- c) se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas
- d) corresponder a compromissos assumidos no exterior
- e) indisponibilidade de caixa

99. São casos que suportam o pagamento por via de despesas de exercícios anteriores, exceto

- a) despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas

que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação

- b) despesas empenhadas, liquidadas e não pagas em exercício anterior
- c) restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor
- d) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente
- e) Diferença a maior a ser paga, quando valor empenhado por estimativa tiver sido inscrito como restos a pagar e for insuficiente

100. O suprimimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Acerca desse instrumento, assinale a alternativa incorreta

- a) corresponde a um regime especial de execução da despesa, mas que deve cumprir os estágios de empenho, liquidação e pagamento.
- b) Esse adiantamento constitui despesa orçamentária
- c) representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido
- d) Praticamente todos os serviços de pequeno vulto são passíveis de execução por meio de Suprimimento de Fundos, desde que caracterizada a inexistência de cobertura contratual, a eventualidade da contratação e a incorrência de fracionamento da despesa
- e) para compensar a realização dessa despesa (visto que o valor concedido poderá ou não ser utilizado), no momento da liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo há a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado

AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Guilherme Santana*

101. No planejamento e condução dos trabalhos de auditoria, os auditores devem gerenciar os riscos de fornecer um relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria. Acerca desse processo de gerenciamento dos riscos em auditoria, analise os itens a seguir.

- I. O risco de auditoria é o risco de que o relatório de auditoria possa ser inadequado.
- II. Quando o objetivo é fornecer asseguração razoável, o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, dadas as circunstâncias da auditoria.
- III. A auditoria pode também visar fornecer asseguração limitada, caso em que o risco aceitável de não conformidade com critérios é menor do que em uma auditoria de asseguração razoável.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) I e II;
- d) I e III;
- e) II e III.

102. Entre os objetivos de uma auditoria financeira encontram-se elementos que são reconhecidos, mensurados e apresentados em demonstrações financeiras. Em decorrência disso, as auditorias financeiras devem ser realizadas:

- a) a partir de escopo definido pelos usuários previstos
- b) sempre como trabalhos de certificação
- c) com garantia de asseguração limitada
- d) geralmente para a emissão de relatório direto
- e) somente em demonstrações intermediárias

103. Os auditores reconhecem que a materialidade é um quesito relevante nos trabalhos de auditorias, porém, sua avaliação envolve julgamento profissional e, portanto, subjetividade. Quanto a esse quesito, à luz dos princípios fundamentais de auditoria do setor público, é correto afirmar que:

- a) a materialidade de uma questão independe do contexto em que ela ocorre;
- b) a análise da materialidade afeta a avaliação dos seus resultados, mas não afeta as decisões relativas à natureza e à extensão dos procedimentos de auditoria;
- c) a consideração de aspectos quantitativos deve ser evitada em termos de julgamento de materialidade;
- d) as necessidades dos usuários não devem afetar a determinação da materialidade feita pelo auditor;
- e) o julgamento da materialidade pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto.

104. Quando uma opinião de auditoria é utilizada para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser em um formato padronizado. Ao tratar da opinião do auditor, a NBASP 100 (ISSAI 100) - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público define que:

- a) uma opinião qualificada (exceto por) pode ser considerada não modificada se os efeitos não forem relevantes;
- b) uma opinião não modificada pode ser usada somente quando o nível de asseguração for limitado;
- c) recomendações para ações corretivas não devem ser incluídas no relatório de opinião do auditor;
- d) a opinião modificada pode ser do tipo adversa;
- e) a emissão de relatório com opinião modificada dispensa a apresentação da natureza e a extensão da modificação.

105. Todas as auditorias no setor público contam com os mesmos elementos básicos, são eles:

- a) situação ou condição, critério, causa e efeito
- b) validade, confiabilidade, relevância e suficiência
- c) o auditor, a parte responsável e os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto e a informação resultante da avaliação do objeto.
- d) planejamento, execução, relatório e monitoramento
- e) integridade, objetividade, confidencialidade, comportamento profissional e conduta profissional

106. O atributo de auditoria em que se busca uma garantia de que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida denomina-se

- a) isonomia
- b) validade.
- c) relevância.
- d) suficiência.
- e) confiabilidade.

107. Na fase de planejamento da auditoria, e como subsídio à sua elaboração, a equipe deve construir uma visão geral preliminar do objeto para obtenção de conhecimento e compreensão a seu respeito, assim como do ambiente organizacional em que está inserido, incluindo, dentre outras fontes de informação e formas de obtenção de conhecimento, a legislação, as normas etc.

A construção da visão geral do objeto engloba as seguintes informações, **EXCETO**:

- a) descrição do objeto de auditoria, com as características necessárias a sua compreensão
- b) legislação aplicável
- c) objetivos institucionais, quando for o caso
- d) setores responsáveis, competências e atribuições
- e) definição das questões de auditoria

108. O Tribunal de Contas do Município XPTO, ao apreciar narrativa de irregularidades supostamente ocorridas no âmbito de entidade sujeita à sua jurisdição e às quais teve ciência a partir de denúncia devidamente conhecida por preencher todos os requisitos de admissibilidade, constata a necessidade de instauração de instrumento de fiscalização específico vocacionado à apuração dos fatos denunciados.

Em tal situação, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é o(a):

- a) monitoramento;
- b) auditoria;
- c) levantamento;
- d) inspeção;
- e) acompanhamento.

109. Nos trabalhos de auditoria, pode ser necessário adotar um processo de amostragem estatística, que garanta a aleatoriedade da seleção dos elementos que irão compor a amostra, de modo a se obter uma amostra representativa da população e isenta de vieses.

Diante da necessidade de obtenção de amostra sorteada de uma população com base em um intervalo fixo de seleção, após um ponto de partida ser aleatoriamente selecionado, deve-se aplicar o método de seleção de amostra:

- a) aleatória
- b) estratificada
- c) ao acaso
- d) sistemática
- e) sorteada

110. Nos trabalhos de auditoria interna, o processo de obtenção e avaliação das informações inclui a avaliação da efetividade das informações obtidas.

À luz da NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, tais informações constituem as evidências que fundamentam os resultados do trabalho e, entre outras características, devem ser úteis, ou seja:

- a) auxiliar a entidade a atingir suas metas
 - b) dar suporte às conclusões e às recomendações da auditoria interna
 - c) evidenciar os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão
 - d) propiciar a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de auditoria interna
 - e) ser factuais e convincentes, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>